**UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO**

**FACULDADE DE DIREITO**

**DEPARTAMENTO DE DIREITO DO ESTADO**

**Curso: PROCESSO ADMINISTRATIVO**

**Professor: Marcos Augusto Perez**

**SEMINÁRIO: PROCESSO ADMINISTRATIVO ABLATÓRIO.**

**GRUPO:** ................................................................................

**NOME DO ALUNO:**

....................................................................................................................................................................

**NÚMERO USP:**

....................................................................................................................................................................

A partir da leitura dos textos obrigatórios responda:

1. Considerando que processo administrativo ablatório seja aquele que importa na restrição ou no condicionamento do exercício de direitos pelos administrados, ou mesmo na perda do direito do administrado, como ocorre na desapropriação, pergunta-se: o processo ablatório segue a mesma lógica da atuação da administração encontrada nos processos normativos, sancionatórios ou adjudicatórios? Explique e comente diferenças e semelhanças.
2. Todas as limitações ao direito de propriedade descritas pela professora Odete estão sujeitas a algum tipo de indenização ou compensação? Explique e comente sobre os requisitos da indenização.
3. Suponha que uma Prefeitura do interior tenha aberto uma consulta pública para que a população opine sobre o tombamento de um imóvel de uma antiga estação ferroviária.
   1. Considerando que o imóvel pertence ao Poder Público, pode este decidir pelo tombamento, ainda que a quase totalidade da população tenha opinado pelo não tombamento?
   2. Considerando que o imóvel pertence a um particular, sua resposta seria diferente?
4. Suponha que tenha sido publicado um Decreto expropriatório que declarou a utilidade pública de um determinado imóvel no Município de São Paulo, para que seja instalada uma estação do metrô. Após a publicação, as autoridades públicas foram até o local para efetuar as medições e avaliar o bem para fins de indenização. Haveria possibilidade de questionar-se o decreto de utilidade pública diante de sua edição sem precedência de contraditório? Explique. Que outros requisitos processuais poderiam ser levantados para questionar-se o decreto?